

O VALOR DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA PARA A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM AGRÁRIA: O CASO DA ZONA DA AMENDEIRA EM FLÔR NO NORDESTE PORTUGUÊS

Lívia MADUREIRA
Departamento de Economia e Sociologia
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

I. INTRODUÇÃO

Os benefícios ambientais da agricultura extensiva das Zonas desfavorecidas da Europa têm vindo a ser crescentemente reconhecidos. A acção ambiental e paisagística desenvolvida pelos agricultores destas zonas foi recentemente reconhecida pela Política Agrícola Comum (PAC), como uma componente significativa da actividade agrícola. A criação das medidas agro-ambientais inseridas no Reg. (CEE) nº 2078/92 (1), no qual são defendidos e apoiados os sistemas de produção extensivos, foi o resultado mais visível do reconhecimento "oficial" da acção ambiental dos agricultores. No entanto, a complexidade inerente ao estabelecimento de indicadores operacionais capazes de avaliar a função ambiental e paisagística da agricultura, explicam que a subsidiação dos produtores tenha sido, em grande parte, baseada nos aspectos de natureza socioeconómica. As dificuldades em "medir" a contribuição da actividade agrícola para a conservação do ambiente e da paisagem derivam fundamentalmente de: 1) a falta de uma definição de ambiente multidimensional, que contemple as especificidades que a enformam *in loco*; 2) as limitações das metodologias actuais para medir o "valor" dos benefícios ambientais produzidos pela agricultura.

Dentro deste contexto, o artigo ora presente visa contribuir para o aprofundamento da questão da definição e medição do valor ambiental e paisagístico da actividade agrícola. A abordagem da questão enunciada, que aqui apresentaremos, teve como ponto de partida os trabalhos que anteriormente realizámos ao nível dos sistemas de produção olivícolas tradicionais do *Douro Superior* (2), subzona da região de Trás-os-Montes e Alto Douro (L. Madureira, 1994). Estes sistemas revelaram-se verdadeiros *high-amenity farming systems* (G. Beaufoy, 1993: 27). Além de definirem e assegurarem a conservação de uma paisagem agrária particular, garantem a conservação dos recursos bravios e viabilizam diversos usos não agrícolas dos recursos naturais e da paisagem. Contudo, esta dimensão ambiental não é, na generalidade dos casos, objecto de uma valoração traduzível pela remuneração financeira dos seus promotores. Os benefícios ambientais destes sistemas são, do ponto de vista da economia das explorações que os produzem, externalidades positivas. A sua valoração é uma questão que continua em aberto. A resolução desta questão depende, em larga medida, de um melhor conhecimento destes sistemas e dos seus utilizadores, actuais e potenciais. E, ainda, da visão/imagem que a sociedade como um todo, e os contribuintes em particular, possuem/atribuem a tais funções agrícolas. Está, pois, por fazer um estudo "prévio" em que a perspectiva da sociedade, a beneficiária do serviço ambiental, seja considerada, designadamente em relação aos itens: i) identificação de serviço ambiental associado à actividade agrícola; ii) apreciação qualitativa que a sociedade faz desse serviço (quando identificado); iii) disposição para pagar por esse serviço, ou alternativas que o cidadão comum propõe ao pagamento individual. As respostas a estas questões são de grande pertinência. Elas representam, no mínimo, uma contribuição fundamental para o estabelecimento do valor dos "serviços ambientais" prestados pelos agricultores, e poderão servir de base para o estabelecimento do valor destes serviços. São estas as questões a que procuramos aqui responder, a partir dos resultados obtidos com um trabalho de inquirição realizado junto dos visitantes duma paisagem agrária concreta, "a paisagem da amendoeira em flôr", no

Nordeste português, durante a Primavera de 1996. Discutiremos com base nestes dados dois aspectos:

- a visão dos "consumidores" acerca do valor da actividade agrícola para a construção e conservação da paisagem;
- a questão da agregação da produção agrícola aos objectivos de política ambiental no âmbito das *Zonas desfavorecidas* portuguesas (3).

O principal problema a resolver nas *Zonas desfavorecidas*, onde situamos a observação a que acima aludimos, é impedir o abandono das áreas cultivadas. Por isso, equacionar as possibilidades de remuneração dos agricultores relativamente ao seu papel de guardiões dum património colectivo, o ambiente rural, passa simultaneamente por: 1) conhecer as preferências da sociedade relativamente ao uso do espaço; 2) saber se os produtores agrícolas conseguirão promover a diversificação estrutural das suas explorações, de modo a satisfazer a procura de "usos alternativos à produção agrícola", ou se será necessário o suporte directo das funções ambientais através de políticas específicas.

A apresentação dos resultados obtidos na abordagem empírica e aplicação da metodologia de *Valorização de Contingência* à "paisagem da amendoeira em flor" (ponto III) será precedida de uma introdução às questões teóricas e práticas envolvidas na valorização da dimensão ambiental dos sistemas de produção agrícolas tradicionais (ponto II). Isto com o objectivo de podermos posicionar as conclusões decorrentes da observação *in loco*, sobre a valorização da paisagem agrária, no contexto dos sistemas produtivos, onde ela é construída e conservada. Esta contextualização permitirá discutir as orientações que deverão guiar a políticas ambientais dirigidas à gestão e conservação do ambiente rural das zonas desfavorecidas portuguesas (ponto IV).

II. ZONAS DESFAVORECIDAS: A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA AMBIENTALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DA TERCIARIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

A crescente utilização dos espaços rurais para actividades de consumo, invertendo a sua tradicional imagem de espaços afectos à produção de bens, tem vindo a alterar profundamente a imagem e concepção do rural por parte da sociedade (T. Marsden *et al.*, 1990: 2). Assiste-se, assim, a uma progressiva *ambientalização* do espaço rural, que de espaço afecto à produção agrícola se vai transformando em ambiente a preservar e/ou a usufruir. Esta alteração no referencial dos papéis da agricultura terciariza, ainda que parcialmente, a actividade dos produtores agrícolas, ao convertê-los em fornecedores de serviços. A procura dos espaços rurais para actividades de consumo acabou por ir juntar-se ao *cocktail* que despoletou a crise agrícola dos anos oitenta, definindo uma das vertentes desta crise: os problemas ambientais de origem agrícola, com destaque para a poluição das águas e solos, a destruição das paisagens tradicionais e da biodiversidade. Esta vertente ambiental, conjugada com a marginalização dos produtores no sistema agro-alimentar e a sua maior dependência dos agentes a montante e jusante da produção, a segunda vertente da crise, colocaram a agricultura numa encruzilhada. Os agricultores passaram a ser confrontados com mensagens conflituais: de um lado, as procuras do sistema agro-alimentar, obrigando à contínua introdução de tecnologia e ao agravamento do seu, já endémico, endividamento; do outro, a alteração dos papéis da agricultura na economia rural forçando-os a maiores preocupações com o ambiente, sob pena de terem de internalizar alguns dos custos ambientais que eventualmente provocam (N. Ward e R. Munton, 1992: 128).

No entanto, embora a conservação do ambiente seja agora um aspecto indissociável da actividade agrícola, as questões ambientais ao nível da agricultura divergem actualmente em duas direcções: o aumento da "visibilidade" da poluição associada à agricultura

intensiva, por um lado; e a emergência da agricultura tradicional das *zonas desfavorecidas* enquanto actividade não poluente e produtora de alimentos "sãos", por outro. Assim, de um lado, está a "agricultura moderna" produtora de mercadorias a braços com a necessidade de internalizar a componente ambiental agora conferida à produção agrícola; e, do outro, a "agricultura atrasada", onde é a valorização da produção através do mercado que está ainda por fazer. É neste contexto que o papel dos agricultores na *guarda da paisagem* é introduzido na PAC, como um meio de colmatar o esvaziamento da função produtiva no caso das zonas desfavorecidas, depois da reforma desta política. Importa, pois, atentar nos problemas ambientais dos espaços rurais desfavorecidos e equacionar a sua resolução em conjunto com as questões socioeconómicas e demográficas.

II.1. A singularidade dos problemas ambientais nas zonas desfavorecidas

Os problemas ambientais das zonas desfavorecidas são claramente distintos dos que afectam a agricultura intensiva. O que é bem visto por A. Sevinate Pinto (1993) quando afirma que *o maior risco ambiental para o espaço rural português nos próximos dez anos não é o das agressões típicas dos excessos descontrolados da agricultura, mas sim o abandono e a desertificação das zonas rurais fruto da crescente inviabilização económica de uma parte significativa das nossas explorações agrícolas*. Esta afirmação traduz nitidamente, que entre nós, os contornos da relação agricultura/ambiente são diversos dos que esta relação assume nas zonas e países com agriculturas intensivas, onde a questão ambiental tem emergido com mais veemência. Em Portugal, a introdução de mecanismos de regulação ambiental não se põe enfaticamente em termos de adaptação e/ou reconversão dos sistemas de produção no sentido duma *desintensificação*, dado o carácter extensivo da maior parte dos sistemas de produção. Assim, o principal desafio que o espaço rural português enfrenta presentemente é impedir o abandono das áreas cultivadas, dado que a perda das "paisagens humanizadas" resultará provavelmente no maior prejuízo que o espreita em termos ambientais.

II.2. As novas funções dos agricultores e a reemergência dos sistemas de produção tradicionais

A dimensão ambiental dos sistemas de produção agrícola, embora só ultimamente seja reconhecida como característica a promover e a suportar com medidas de política, é nalgumas zonas, nomeadamente em Trás-os-Montes, uma característica que foi sendo produzida ao longo do tempo. A diversidade da paisagem agrícola, a manutenção dos *habitats* da vida selvagem, da biodiversidade, da unicidade das culturas locais, são atributos que podem ainda ser imputados à generalidade dos sistemas de produção da região. A agricultura desta região apresenta, à partida, grande potencial para preencher o papel de "guardião do ambiente e da paisagem rural". A escassa modernização dos sistemas de produção tradicionais coloca-os, assim, numa posição de vanguarda *em relação à preservação do ambiente e da paisagem rural*. No entanto, a sobrevivência destes sistemas é, na maior parte dos casos, assegurada por agricultores idosos e sem sucessão provável. O que levanta dúvidas quanto à sua viabilidade no médio-longo prazo e evidencia que as sustentabilidades ambiental e socioeconómica estão estreitamente correlacionadas.

O que importa saber é, até que ponto, o modelo de agricultura multifuncional proposto pela PAC, que implica a simultaneidade de duas funções na mesma exploração agrícola: a produção de bens transacionáveis, por um lado, e a protecção do ambiente, por outro, poderá ser viabilizado no contexto das zonas desfavorecidas. A auto-sustentação dos sistemas delineados por este modelo fica dependente da função de produção de bens para o mercado, cuja contribuição para as receitas das famílias agricultoras tem sido até agora insuficiente, na generalidade dos casos. Assim, talvez valha a pena repensar este modelo, alargando-o a outras funções, sociais e territoriais, da

agricultura nas zonas desfavorecidas, designadamente o emprego, a poupança doméstica (através do autoconsumo) e a ocupação do território.

II.3. Benefícios ambientais e produtos agrícolas: uma produção conjunta?

O estudo dos sistemas de produção olivícolas tradicionais do *Douro Superior*, permitiu-nos descobrir sistemas de produção policulturais com uma "especialização" agro-florestal. *Combinação no mesmo espaço, feita pelo homem, de culturas lenhosas com culturas herbáceas ou, também pastagens e animais* (Brito de Carvalho, in REDE: 1992). Estes sistemas podem claramente ser adjectivados de *high-amenity farming systems*. Assim, para além de definirem e assegurarem a conservação de uma paisagem agrária particular, garantem a conservação dos recursos bravios associados ao sistema e viabilizam diversos usos não agrícolas dos recursos e da paisagem.

A vocação multifuncional destes sistemas é evidente. Eles produzem um conjunto de benefícios directos, dentre os quais contamos as produções de azeitona, azeite, queijo e amêndoa; a lenha resultante da poda; a utilização dos olivais para apascentar os rebanhos de ovinos; e a paisagem enquanto recurso para o turismo. Paralelamente, outras "produções conjuntas" poderão encontrar-se facilmente nestes sistemas se considerarmos os benefícios indirectos dele resultantes. O microclima criado pelas oliveiras, que conservam a humidade do solo e dão sombra à fauna e flora; o *habitat* para certas espécies, designadamente o ginete, a doninha, o ouriço cacheiro e a marta fuinha (recursos faunísticos da zona); a alimentação para os pássaros (4) e insectos; o *habitat* para espécies cinegéticas autóctones, como o coelho, a lebre a perdiz; o abrigo e alimento para espécies cinegéticas migrantes, como o tordo. Estes benefícios revelam uma importante sinergia entre estes sistemas e a conservação dos recursos bravios, alguns deles com valor de uso. Para alguns benefícios indirectos, como a conservação dos recursos cinegéticos e a obtenção de produtos "sãos", a valorização pode ser perspectivada num mercado concreto e actual. Ao "agroturismo" junta-se a caça entre as actividades de uso viabilizadas por estes sistemas. Os usos não agrícolas põem em evidência as potencialidades destes sistemas para a diversificação das receitas dos produtores através da multifuncionalidade.

Assim, certos impactos ambientais positivos destes sistemas como a paisagem e a conservação dos recursos bravios (da biodiversidade) são *produções conjuntas* dos sistemas de produção estudados, que realçam o papel por estes desempenhados na protecção do ambiente e paralelamente a viabilização dos usos não agrícolas do espaço rural.

II.4. Que possibilidades de valoração para os benefícios ambientais produzidos pelos sistemas de produção agrícola

A inclusão de outras funções no sistema de produção agrícola, não produtoras de bens transaccionáveis, é um problema para os economistas, que não conseguiram ainda resolver a questão da optimização da *produção conjunta* (P. Lowe *et al.*, 1990: 74) característica da agricultura multifuncional. Por outro lado, a valorização de cada um destes benefícios de *per se* não traduz a indispensabilidade das características e modo de funcionamento do sistema de produção na obtenção de produtos mais "sãos" (5) com carácter local e na conservação da paisagem. A diferenciação do produto e a paisagem são, portanto, "produções conjuntas" dos sistemas de produção estudados.

No caso dos sistemas de produção, onde a produção e existência futura das "amenidades" depende do uso actual, o custo de funcionamento do sistema poderia ser uma saída possível para a sua valoração. Com base no cálculo deste custo poderia estabelecer-se o subsídio agro-ambiental, que assumiria a forma de uma compensação à menor rentabilidade económica destes sistemas face aos seus congéneres intensivos.

Esta "fórmula de cálculo" vai de encontro à filosofia subjacente à criação das medidas agro-ambientais: a promoção da extensificação e a manutenção do suporte às explorações familiares menos competitivas. No entanto, esta compensação deveria ser diferenciada em função da capacidade de produção e conservação das amenidades revelada por diferentes sistemas. Mas, para proceder a essa diferenciação de novo se colocam as dificuldades em medir as amenidades produzidas e em avaliar o potencial dos sistemas para a sua conservação. Está-se aqui a falar de comparações entre custos no curto prazo e benefícios incertos e heterogéneos a longo prazo (J. Alier, 1993: 93). Essa medição passa forçosamente pela avaliação social, que embora baseada no conhecimento científico, é sempre subjectiva (P. Lowe, 1992). Assim, é clara a necessidade de desenvolver metodologias de valoração que incorporem a apreciação da sociedade.

Paralelamente, se definirmos a paisagem olivícola como uma paisagem cultivada, *resultante de uma longa história e mantida no âmbito de sistemas agroflorestais equilibrados sabiamente adaptados às potencialidades e limitações das regiões onde se desenvolvem* (T. Correia: 1993: 107), então a sua conservação pode ser olhada como um meio de preservar também as outras amenidades produzidas pelo sistema. Neste sentido, a procura do valor para as diversas amenidades passa pela paisagem. A paisagem reflecte grandemente a acção dos agricultores ao nível da conservação do ambiente, quer pelas combinações culturais que reproduz, quer pelas práticas agrícolas que reflecte. Estas práticas são, de resto, a face mais visível da intervenção humana na paisagem agrária, pelo que o seu estudo contribuirá para a clarificação do conteúdo dos "serviços ambientais" que os agricultores podem (poderão) prestar à sociedade. Por outro lado, a avaliação social dos benefícios ambientais, através da paisagem agrária, é de enorme relevância para equacionar as preferências sociais em relação à utilização do solo, designadamente no que respeita à opção pelo uso agrícola em detrimento do abandono. Note-se que, do ponto de vista ecológico, o abandono do cultivo da terra, embora seja negativo no curto-médio prazo, poderá ser vantajoso no longo prazo, do ponto de vista da biodiversidade dos ecossistemas (T. Correia: 1993: 108).

Assim, a aproximação à questão da avaliação da contribuição da actividade agrícola para a conservação do ambiente, através da paisagem, é uma via possível, embora a valoração da paisagem seja bastante complexa. Isto porque não é fácil, por um lado, separar o valor de uso e de não-uso da paisagem, e por outro, medir qualquer um destes valores.

11.5. À procura duma valorização para a paisagem

A procura duma valorização para a paisagem agrária surge enquadrada nas tentativas que têm vindo a ser feitas no sentido de se medir o valor dos bens ambientais. Esta medição tem vindo a ser efectuada através das preferências dos consumidores, de modo a produzirem-se medidas directamente comparáveis com o valor dos bens de mercado. Ela assenta na definição de um *valor económico total* que contém duas parcelas: o *valor de uso* e o *valor de não uso*. O valor de uso deriva de três fontes: a) o *uso directo*; b) o *uso indirecto*; c) o *valor de opção*. O valor de não uso compreende duas categorias de valor, o *valor de existência* e o valor de legado (*bequest*). O valor de uso directo deriva do consumo do bem (6); o valor de uso indirecto resulta dos benefícios produzidos pelo bem; e o valor de opção liga-se aos novos usos directos/indirectos que possam vir a ser reconhecidos futuramente ao bem. O valor de existência mede o interesse que os indivíduos têm pela simples existência do bem, mesmo que não o utilizem/ou pensem vir a utilizar; o valor de legado surge pela preocupação com a equidade inter-geracional dos indivíduos que pretendem que as gerações futuras possam também usufruir do bem e/ou beneficiar da sua existência (Young: 1991, citado por I. Bateman, 1993).

A paisagem agrária (7), ao ser uma resultante da interacção entre o ambiente (os recursos naturais) e a acção do homem, não é um recurso natural em sentido estrito.

Todavia, são-lhe reconhecidos valores de uso e não uso, e a dimensão de um bem ambiental que espelha bem o alargamento do conceito de ambiente às esferas sócio-cultural e socioeconómica. A sua valorização reflecte bem a confusão entre preço e valor (I. Bateman, 1993: 1), pois embora o seu consumo seja gratuito ela tem um *valor económico total*. Este valor pode ser medido, pelo menos teoricamente, pela técnica de *valorização de contingência* (I. Bateman, 1992; P. Riera, 1994). No entanto, esta técnica tem exigências particularmente difíceis de satisfazer no caso da paisagem agrária: 1) a delimitação clara do bem a valorizar; 2) a elevada dependência da interpretação feita pelos entrevistados às perguntas que lhe são colocadas. O que se deve, pelo menos em parte, às dificuldades em lhes ser fornecida informação suficiente sobre as características do bem e benefícios presentes e futuros que ele lhes pode proporcionar.

III. O VALOR SOCIAL DA PAISAGEM AGRÁRIA: UM EXEMPLO CONCRETO

A perspectiva da sociedade relativamente ao papel dos agricultores na construção e conservação da paisagem é determinante na definição do seu valor. Assim, torna-se obrigatória uma aproximação ao universo dos seus consumidores. Onde, para além da inventariação dos seus objectivos e opiniões acerca da conservação da paisagem agrária, interessa identificar os processos e as formas por estes preconizadas para a valorização do serviço de guarda da paisagem. Além disso, através duma aproximação deste tipo poderemos abordar a questão das preferências da sociedade relativamente às utilizações do solo, de modo a poder inferir-se acerca do valor social do uso agrícola do solo.

A aproximação pelo "uso", embora seja parcial, pareceu-nos um bom ponto de partida para uma observação de carácter exploratório. A valorização do "não-uso" é indispensável para a determinação do valor da actividade agrária em termos de protecção do ambiente. Todavia, ela exigia um aumento de complexidade da abordagem empírica incomportável face aos meios de que dispunhamos.

III.1. A delimitação da paisagem: "as amendoeiras em flôr"

A aproximação ao universo dos consumidores da paisagem foi efectuada através duma incursão no universo dos "turistas do amendoal". Este universo é constituído pelos visitantes da *Zona da amendoeira em flôr* (Fig. 1), durante o período de floração da amendoeira. A utilização da amendoeira como elemento-chave na delimitação da paisagem teve que ver com o valor de uso que lhe está associado. A amendoeira em flôr é considerada o principal produto turístico daquela zona. Há mais de uma década que se regista a afluência de um assinalável fluxo turístico à região durante o período de floração da amendoeira. Este "acontecimento" foi decisivo para a escolha desta paisagem como objecto de estudo. Através dele ultrapassámos dois importantes obstáculos: 1) delimitar o bem *paisagem agrária*, que ficou assim exogenamente circunscrito à *zona da amendoeira em flôr*; 2) conseguir uma amostra significativa dos seus consumidores num curto espaço de tempo. No entanto, à delimitação considerada corresponde uma paisagem, que embora dominada pela amendoeira e oliveira ao nível agrário, contém elementos muito diversos, donde se destacam para além das áreas cultivadas, o património natural e construído. Assim, na *Zona da amendoeira em flôr* (ZAF) o visitante é confrontado com uma paisagem rural, onde a componente agrária permite uma diferenciação relativamente ao resto da região transmontana.

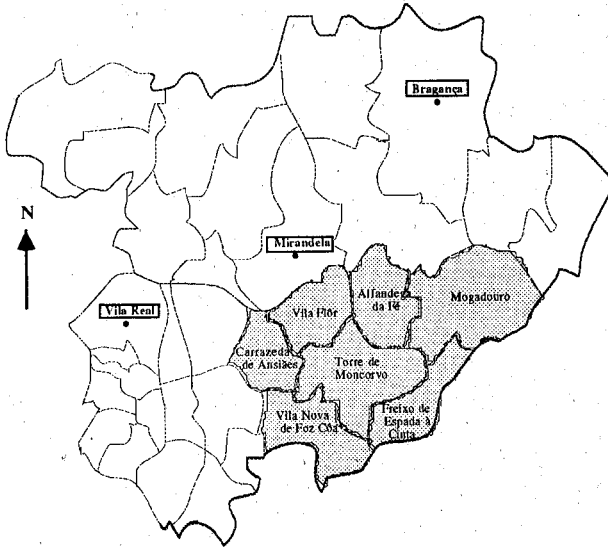


Fig. 1 - A Zona da amendoeira em flôr

A área total delimitada é de 2 790 Km², dos quais cerca de metade correspondem aos concelhos mais visitados e onde o amendoal tem mais expressão. Estes concelhos são Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. A paisagem agrícola destes quatro concelhos é dominada pelo amendoal e olival. Estas duas culturas juntamente com a vinha, que é também importante na ocupação da área agrícola nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa, ocupam cerca de 30% (40 913 ha) da área destes quatro concelhos.

III.2. Objectivos da inquirição e amostra inquirida

Com a paisagem circunscrita à *zona da amendoeira em flôr*, os potenciais inquiridos foram definidos como os indivíduos residentes fora da zona e que a ela se deslocam para uma visita no período de floração da amendoeira (de meados de Fevereiro a meados de Março) (8). Note-se que, ao definirmos o inquirido como o visitante da zona, o universo da nossa inquirição deixou de confinar-se aos "turistas do amendoal". Assim, foram também incluídos visitantes com outras motivações que não o amendoal em flôr, na origem da deslocação à zona. Este facto, embora possa vir a restringir a análise ao nível da paisagem agrícola, alarga a esfera da observação a um conjunto de indivíduos potencialmente mais diversificado, o que vai de encontro às características da paisagem zonada e poderá contribuir para posicionar a componente agrícola na paisagem "rural".

A inquirição foi feita por intermédio de um questionário individual a um grupo de 178 (9) visitantes escolhidos ao acaso, dentre os que se encontravam nas localidades principais da ZAF, ou parados próximo das estradas que fazem ligação entre elas. Note-se que a maior parte dos inquiridos foi efectuada nas localidades, onde habitualmente se concentra um maior número de turistas (10), para maior operacionalidade do trabalho. Esta amostra embora aleatória relativamente à selecção dos inquiridos, não é estatisticamente representativa do universo dos "turistas do amendoal". A falta de informação relativamente a este "universo", designadamente sobre o número médio de indivíduos que o compõem, impediram-nos de construir uma amostra representativa. O

trabalho de inquirição foi realizado nos quatro fins de semana (sábado e domingo) englobados no período da amendoeira em flôr de 1996.

Com a inquirição procuramos obter respostas a dois grupos de questões: 1) um grupo, onde podemos incluir todas as perguntas necessárias à caracterização dos inquiridos e das suas visitas; 2) e outro, onde as perguntas visavam captar as ideias e percepções dos turistas relativamente à importância da agricultura na definição da paisagem e as atitudes destes em relação à sua conservação.

Para delinear o perfil socio-demográfico dos inquiridos elegemos as seguintes variáveis: idade, sexo, grau de instrução, profissão, rendimento disponível, zona de residência e ligações ao espaço rural. Em relação à caracterização das visitas, os inquiridos foram questionados sobre: o meio de transporte utilizado, as condições em que decorreu a viagem, as motivações na origem da visita, a duração da estadia na zona e se era a primeira visita que faziam à ZAF.

No segundo grupo de questões, introduzimos os seguintes itens: as preferências expressas dentre os elementos da paisagem e a preocupação com a conservação desta; o papel que atribuem aos agricultores nessa tarefa; a disponibilidade em contribuir financeiramente para a conservação da paisagem e veículo eleito para canalizar essa contribuição.

III.3. Os resultados da inquirição

i) *As características dos "turistas" e da sua visita*

As características dos visitantes e das suas visitas revelaram uma relação estreita com o meio de transporte utilizado (11) na deslocação para a zona. Assim, a partir do tipo de transporte utilizado, os inquiridos (total de 178 indivíduos), foram agregados em dois grupos:

- (Grupo I) - os "excursionistas" (47% dos inquiridos), que vieram em autocarros de turismo alugados, para uma viagem de 1 a 2 dias, a maior parte deles no papel de visitante habitual das amendoeiras em flôr;
- (Grupo II) - os "cidadinos" (53% da amostra inquirida), turistas de maior nível de instrução e rendimento, mais jovens, que se deslocam em viatura própria e pretendem conhecer a região, descansar e se dizem atraídos pela paisagem e monumentos.

Os primeiros têm uma idade média superior (47% têm mais de 65 anos), um grau de instrução mais baixo (68% não ultrapassaram a instrução primária) e desenvolvem a sua actividade profissional maioritariamente no sector secundário. São, regra geral, provenientes de zonas peri-urbanas, onde a agricultura ainda está presente mas se dilui numa paisagem urbanizada cruzada por vias de comunicação e grande volume de tráfego. O motivo central da visita é, na generalidade dos casos, ver as amendoeiras em flôr, embora muitos acrescentem o passeio e o convívio com os amigos como factores decisivos para a visita.

No segundo grupo já são mais frequentes os inquiridos com outros motivos para a visita, que não as amendoeiras em flôr (30% dos inquiridos deste grupo). Nestas motivações destacam-se: a vontade de conhecer uma região ainda não explorada (registada no caso de inquiridos mais jovens - classe: ≤ 30 anos); visitar familiares e/ou amigos; descansar do bulício da grande cidade. A sua proveniência é marcadamente urbana, o Grande Porto e Lisboa são as zonas de residência mais frequentes dos

indivíduos deste grupo. Todos os inquiridos residentes em Lisboa estão incluídos neste grupo, e as suas visitas, superiores a 2 dias, estendem-se a toda a região de Trás-os-Montes ou à Zona da amendoeira em flôr depois de uma passagem pela Beira Interior. São igualmente mais frequentes neste grupo as ligações com a zona, o que explica a maior frequência das visitas registadas nalguns casos.

ii) *As concepções e atitudes dos "turistas" em relação à paisagem*

Com o intuito de nos aproximarmos da concepção de paisagem dos inquiridos, estes foram questionados acerca daquilo que mais tinham apreciado na paisagem da ZAF. Os elementos destacados pelos visitantes concentram-se em três categorias: as amendoeiras em flôr (30% dos inquiridos); a associação amendoeira e relevo montanhoso (17%); os campos cultivados em condições morfológicas particulares, por vezes associados ao património construído (25% dos inquiridos); a natureza, com destaque para o relevo (11%). Estas proporções mantêm-se no grupo dos "excursionistas", embora as amendoeiras aumentem o seu peso dentre os elementos paisagísticos mais apreciados (33%). Para os "cidadinos" a natureza (incluindo-se a combinação amendoeira/relevo) ultrapassa a amendoeira na sua apreciação da paisagem observada. A concepção deste grupo de visitantes parece aproximar-se do conceito de natureza cultivada, traduzindo uma noção de ambiente alargada à acção dos agricultores.

Quase todos os inquiridos expressam grande preocupação com a conservação da paisagem (cerca de 90%). A contribuição dos agricultores para essa conservação é considerada *muito importante* pela maior parte dos visitantes inquiridos (62% do total de inquiridos). A disponibilidade expressa em contribuir financeiramente para a conservação da paisagem é consistente com a preocupação anteriormente manifestada. Apenas 9 inquiridos não estão manifestamente na disposição de prestar essa contribuição.

iii) *Os "turistas" e a valorização da paisagem*

A valorização da paisagem foi objecto de inquirição em duas etapas: 1ª) a identificação do veículo seleccionado pelos inquiridos para contribuir financeiramente para a sua conservação; 2ª) os inquiridos que elegeram o pagamento de um "bilhete" de acesso à ZAF como um meio possível para prestar essa contribuição, foram questionados acerca do valor desse bilhete. Para esta inquirição utilizou-se primeiro uma licitação por "escolha dicotómica", seguida duma pergunta aberta acerca do valor máximo que pagariam (inferior ou superior ao preço dado pelo inquiridor). A inclusão de um "lanço" inicial foi inevitável face ao elevado número de "não respostas" obtidas no pré-teste ao questionário inicial, onde a licitação foi totalmente deixada em aberto. A opção por uma licitação em aberto em relação ao valor máximo pagável pelos inquiridos, em vez de uma "licitação interactiva", foi feita com o objectivo de se evitar a "ancoragem" relativamente aos valores máximos.

Os resultados mostram que cerca de 92% dos inquiridos estão dispostos a contribuir financeiramente para a conservação da paisagem. Por outro lado, o teste da hipótese entre as variáveis independentes revelou uma baixa probabilidade de independência entre a disponibilidade para contribuir para a conservação da paisagem e o grau de instrução dos inquiridos. Dos inquiridos que responderam não querer ou "não saber" à questão da disponibilidade para contribuir financeiramente para a conservação da paisagem, 86% pertencem ao grupo dos indivíduos com menor instrução (no máximo a instrução primária). Paralelamente, estes respondentes são maioritariamente "não activos" (86%), dispondo de rendimentos baixos. Por isto, as restrições orçamentais, nuns casos, e os factores psicológicos no caso dos reformados (que são habitualmente isentos de pagar o acesso a bens públicos), poderão explicar estas respostas, embora, as justificações

expressas por alguns dos inquiridos para não contribuírem tenham apenas que ver com as suas limitações financeiras.

- O veículo de pagamento

A maior parte dos inquiridos disposta a contribuir financeiramente para a conservação da paisagem mostrou-se flexível relativamente ao veículo de pagamento a utilizar. Assim, cerca de metade dos inquiridos contribuiriam, quer por meio do pagamento de um "bilhete de entrada", quer através dos seus impostos. É muito próximo o número de inquiridos que elegem exclusivamente o "bilhete de entrada" (29 indivíduos) ou os impostos (33 indivíduos). Os primeiros adoptam uma perspectiva de "quem usa paga"; Os segundos usam como argumentos: "a conservação é da responsabilidade do Estado" ou "a paisagem é de todos, não faz sentido pagá-la", ou ainda "não existe infraestrutura turística que justifique a cobrança de um bilhete de entrada". Estas diferentes opções em relação ao veículo de pagamento parecem reflectir concepções distintas do valor da paisagem. Para os primeiros, ela parece ter sobretudo um "valor de uso"; para os segundos o "valor de não-uso" é também contabilizado e a paisagem é considerada um bem público.

Quanto à relação entre, o perfil socio-demográfico dos inquiridos e as características das suas visitas, e o veículo de pagamento seleccionado, o teste da hipótese entre as variáveis independentes revelou uma baixa probabilidade de independência entre este e: o sexo, as ligações ao meio rural e os elementos mais apreciados na paisagem. As mulheres mostram mais disponibilidade em pagar o bilhete; os entrevistados com ligações ao espaço rural são mais flexíveis relativamente ao meio de canalizar a sua contribuição; quando o elemento paisagístico preferido é amendoeira aumenta a proporção dos que elegem o bilhete como o veículo apropriado para canalizar a sua contribuição para a conservação da paisagem. Em relação ao veículo de pagamento, não encontramos diferenças significativas entre as opções dos "excursionistas" e dos "cidadinos".

- O valor que estão dispostos a pagar (*wtp*) (12)

Dos 119 inquiridos que admitiram pagar o "bilhete de entrada", 17 recusam pagar o primeiro "lanço" e não são depois capazes de licitar outro valor, superior ou inferior, pelo que foram excluídos do cálculo da *wtp* (Fig. 2).



Fig. 2. - Distribuição dos inquiridos em função da sua disponibilidade para pagar um "bilhete de entrada"

Note-se que no grupo dos indivíduos "que não pagam bilhete de entrada" encontram-se os que elegeram a utilização dos seus impostos (33 indivíduos) e os que prefeririam o pagamento de uma quota a uma associação (8 indivíduos) como os veículos da sua contribuição financeira para a conservação da paisagem. Assim, apenas 18 das respostas expressam eventuais "votos de protesto". Mas, se considerarmos as restrições orçamentais de alguns destes inquiridos, designadamente reformados e estudantes (6 indivíduos), reduzem-se a 12 os potenciais "votos de protesto". Dois destes respondentes justificaram o não pagamento por fazerem visitas com muita frequência à ZAF. A

frequência das visitas é um factor geralmente considerado pelos inquiridos, mas como na maior parte dos casos só vêm uma vez por ano, ou as visitas no mesmo ano são realizadas fora do período de floração da amendoeira, não se importam de pagar. Este dado, além de reduzir os eventuais "votos de protesto" a menos de 6% da amostra inquirida, mostra claramente que o valor apontado para *wtp* é estabelecido para uma visita por ano, pelos inquiridos cujas visitas têm periodicidade igual ou superior ao ano. Por outro lado, as respostas dos que visitam a zona noutras épocas do ano são indicativas de que o "bilhete de entrada" está associado às amendoeiras em flôr, mesmo quando elas se diluem entre os elementos mais apreciados na paisagem. O valores obtidos para a *wtp* são definidos pelos inquiridos para uma paisagem concreta, diversificada mas com amendoeiras em flôr. O que, de certa forma, vem validar a delimitação da paisagem.

O valor do "bilhete de entrada" pagável pelos inquiridos está diversamente relacionado com o rendimento (Quadro 1),

Quadro 1 - O valor que os inquiridos estão dispostos a pagar para visitar a ZAF, de acordo com os seus rendimentos (contos/mês)

Classes de rendimento	Nº de inquiridos	WTP (escudos)
≤ 50	14	679
50 ≤ 100	21	876
100 ≤ 150	17	838
150 ≤ 300	35	804
> 300	10	780
Total	97	805

Nota: Os valores da *WTP* correspondem a médias ponderadas de acordo com o número de inquiridos em cada classe de rendimento disponível.

Assim, a disponibilidade para pagar é limitada pelo rendimento disponível, quando este é muito baixo. A partir de determinado limiar de rendimento (≥50 contos) a disponibilidade para pagar aumenta, mas diminui para níveis de rendimento superiores. Esta menor disposição dos indivíduos com maiores níveis de rendimento em pagar directamente pela conservação do bem poderá estar relacionada com um maior acesso a bens substitutos (13) à paisagem da zona. Por outro lado, a diferença registada entre o valor médio da *WTP* dos "excursionistas" (800 escudos) e dos "cidadinos" (791 escudos) poderá reflectir despesas mais altas por parte destes últimos (14).

Relativamente ao grau de instrução dos inquiridos, outra das variáveis explicativas, a sua relação com o valor da *WTP* segue um padrão semelhante ao do rendimento. Os inquiridos com um grau de instrução médio (ensino secundário) são os que se mostram dispostos a pagar um valor mais alto (Quadro 2).

Quadro 2 - O valor que os inquiridos estão dispostos a pagar para visitar a ZAF, de acordo com o seu grau de instrução

Grau de instrução	Nº de inquiridos	WTP (escudos)
Analfabeto	2	1050
Inst. primária	35	753
Ens. Secundário	43	898
Ens. Superior	22	643
Total	102	796

O valor que os indivíduos sem instrução estão dispostos a pagar, associado ao seu baixo nível de rendimento reflecte um comportamento típico do "bom entrevistado". Além da presença deste factor de "desvio" da WTP em relação ao seu valor efectivo, poderá também estar presente nos valores obtidos algum "efeito de ancoragem". Isto porque, alguns dos inquiridos (28 indivíduos) depois de aceitar pagar o valor fornecido no primeiro "lanço" não licitam outro valor.

III.4. Conclusões relativas à inquirição

Apesar de não estar ainda completa a aplicação da *valorização de contingência* à paisagem da ZAF (15), os resultados obtidos mostram claramente que a paisagem agrária é valorizada pelos visitantes. Estes, para além de manifestarem uma aparentemente grande preocupação com a conservação da paisagem afirmam estar na disposição de contribuir para essa conservação. Por outro lado, o papel dos agricultores na guarda da paisagem é reconhecido e considerado muito importante pela generalidade dos inquiridos. Paralelamente, o valor obtido para a WTP é superior ao de outros bens potencialmente seus substitutos, como visitas a museus e monumentos. Assim, os resultados obtidos embora não possam, pelo menos nesta fase do trabalho, ser extrapolados para o universo dos visitantes (16), indicam que a paisagem agrária inserida num "cenário rural" é socialmente valorizada e a sua conservação legitimada. Além disso, a componente de "não uso", que não foi directamente avaliada neste estudo, poderá mesmo justificar o suporte directo das funções ambientais através de políticas específicas.

IV. OS SISTEMAS "AGRO-AMBIENTAIS" DAS ZONAS DESFAVORECIDAS: AUTO-SUSTENTAÇÃO OU SUBSÍDIO-DEPENDÊNCIA?

Em Portugal, dado o carácter extensivo da maior parte dos sistemas de produção, a introdução de mecanismos de regulação ambiental não se põe enfaticamente em termos de adaptação e/ou reconversão dos sistemas de produção no sentido duma *desintensificação*. O principal desafio que o espaço rural português enfrenta presentemente é impedir o abandono das áreas cultivadas. Este facto sublinha a importância de se conhecerem as preferências da sociedade relativamente ao uso do espaço e de se estender as *valorizações de contingência* da paisagem agrária ao cálculo dos "valores de não uso".

A confirmar-se a sobreposição entre o ambiente, natureza e campo, que emerge dos resultados que antes apresentámos, e que têm paralelismo com os que foram obtidos noutros estudos (17), surge justificada a remuneração dos agricultores relativamente ao seu papel de guardiões dum património colectivo, o ambiente rural. Assim, a agregação da produção agrícola aos objectivos de política ambiental surge como uma via "natural" no âmbito das *Zonas desfavorecidas*. Uma vez que o que está em jogo não é apenas a conservação estrita do ambiente, é também o Homem, os seus povoados, as suas actividades e a sua cultura que urge preservar. Neste sentido, a definição de ambiente, no âmbito do planeamento e delineamento de políticas de conservação do espaço e da paisagem, deverá ser alargada aos aspectos socioeconómicos e culturais.

A partir daí, é preciso analisar as formas e mecanismos possíveis para assegurar o pagamento dos serviços ambientais prestados pelos agricultores. Para isso, há duas directrizes: 1) o suporte directo das funções ambientais através de políticas específicas; 2) a auto-remuneração através da diversificação estrutural das explorações. Entre estas duas linhas há, obviamente, um grande espaço de soluções intermédias.

1) A subsidiação das funções ambientais

A remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agricultores por intermédio de subsídios é uma solução com diversas limitações. Dentre elas salientamos: i) as

dificuldades em igualar o montante do subsídio ao valor do serviço prestado, que limitam a sua atribuição em função das preferências sociais, também elas difíceis de estabelecer a uma escala geográfica alargada; ii) o "risco" de a sua concessão ser mal interpretada pelos agricultores, cujas práticas agrícolas, embora possam ser classificadas como "ambientalmente ajustadas", não traduzem uma vontade expressa de preservar o ambiente e os recursos, pelo menos, não na óptica da sociedade não agrícola; iii) O carácter transitório dos "subsídios", dada a sua grande dependência da evolução das políticas e disponibilidades orçamentais dos governos/CE.

Assim, a utilização de subsídios do tipo agro-ambiental, embora possa ser um mecanismo de sustentação ambiental no curto prazo, dificilmente poderá ser uma solução, para assegurar a conservação do ambiente no âmbito dos sistemas agrícolas, a longo prazo. As limitações enunciadas chamam a atenção para a necessidade da evolução dos sistemas "agro-ambientais" no sentido da sua auto-sustentação. Não queremos com isto significar a independência absoluta de medidas de apoio. Todavia, dada a multiplicidade de aspectos envolvidos na sustentabilidade destes sistemas, pensamos que esse apoio se deverá perspectivar através de mecanismos que integrem as questões económicas, sociais, demográficas e culturais, que afectam as zonas desfavorecidas. Esta perspectiva vai de encontro à "multifuncionalidade alargada" que caracteriza as explorações agrícolas promotoras dos sistemas "agro-ambientais" estudados, tendo por isso, maiores probabilidades de sucesso no garante da conservação do ambiente e da paisagem dos espaços rurais desfavorecidos.

2) A auto-sustentação dos sistemas "agro-ambientais": as dificuldades da diversificação estrutural

A auto-sustentação dos sistemas "agro-ambientais" seria, obviamente, a solução mais desejável. A valorização do produto, por meio de estratégias de valor acrescentado, e a diversificação estrutural das actividades da exploração, permitiriam a viabilização da multifuncionalidade com independência relativamente a apoios directos aos rendimentos dos produtores. Desta forma seriam evitados os riscos da "subsídio-dependência" e paralelamente, os perigos de má afectação dos dinheiros públicos associados à subsidiação de explorações, capazes de valorizar as sua dimensão ambiental no mercado (dos produtos de qualidade e/ou dos serviços ligados aos usos não agrícolas).

A "diversificação estrutural assistida" para a criação de "empresas rurais" poderia ser uma possibilidade, entendida aqui como o apoio à introdução de actividades não tradicionais nas explorações agrícolas. A aplicação desta solução à zona estudada permite-

-nos sublinhar duas oportunidades interessantes: a exploração de recursos bravios, designadamente da caça; e a prestação de serviços aos turistas, nomeadamente aos "visitantes do amendoal". Todavia, esta opção não dispensa uma regulação institucional no sentido de se evitar o "congestionamento", com consequências negativas na qualidade do ambiente que se pretende preservar. Assim, a conservação do ambiente e da paisagem rural obrigará sempre à definição de medidas para a gestão do espaço, que deverão, no entanto, ser compatíveis com a actividade das "empresas rurais" resultantes da diversificação estrutural. Esta via apresenta, todavia, alguns limites. Pegue-se, por exemplo, no "agroturismo" e na caça, duas possíveis diversificações já experimentadas, e vemos que o "agroturismo" exige disponibilidade da família, de tempo e de conhecimentos, de condições patrimoniais e de "fundo de maneo", para alojar e servir os turistas; a caça exige áreas extensas e é pouco compatível com a criação extensiva de ovinos. Face a estas "exigências" somos levados a concluir que há limites consideráveis para a expansão dos valores de uso susceptíveis de serem utilizados em simultâneo com a produção agrícola. E também aqui se colocam as questões do desenvolvimento rural: a desvitalização socio-demográfica, económica e cultural.

Assim, mais do que uma política ambiental conservacionista da natureza e da paisagem, as zonas desfavorecidas necessitam de soluções multidimensionais, que combinem "conservação" com "utilização".

V. CONCLUSÃO

A aplicação da metodologia da *Valorização de Contingência* ao mercado da paisagem agrária "da amendoeira em flôr" revelou, a disponibilidade dos seus "consumidores" em pagarem directamente pelos benefícios obtidos. Paralelamente, verificamos que os sistemas de produção, onde esta paisagem é construída e mantida, apresentam sérias limitações para satisfazerem a procura dos "usos alternativos do espaço agrícola". Nesta encruzilhada, a intervenção do Estado/CE é reclamada, por um lado, para apoiar os produtores a satisfazer essas necessidades, e por outro, para regular a procura, no sentido de evitar o "congestionamento", inimigo da conservação ambiental e paisagística.

Além disso, vimos também que o apoio aos produtores "agro-ambientais" poderia oscilar, entre a diversificação estrutural e o apoio directo aos rendimentos dos "guardiões da paisagem". Esta última via justificar-se-á sempre que conservação e gestão do ambiente rural não possa ser assegurada pelas "empresas rurais". Todavia, a viabilização desta solução só será possível se forem claramente identificados os beneficiários dos serviços ambientais prestados pelos agricultores. Essa identificação permitiria esclarecer a melhor forma de se equacionar a valoração da paisagem: na óptica de "bem público", objecto de suporte estatal, ou alternativamente, como bem transaccionável num mercado a definir. Por exemplo, o mercado dos visitantes das "Zonas Paisagísticas", onde para além da observação da paisagem, se poderia caçar e pescar, contactar as "gentes" e os costumes locais, dentro de limites estabelecidos e mediante o pagamento de um "bilhete de acesso". Estes mercados, pelas suas características particulares, pois não falamos numa área protegida na sua acepção corrente, teriam de ser objecto de uma regulação institucional, no sentido de se fixarem os limites aos "usos múltiplos", eventualmente conflituais. Esta zonagem, embora se nos afigure viável no caso da *Zona da amendoeira em flôr*, dificilmente se poderia generalizar à escala da região, ou do país. O que vem confirmar o que já antes dissemos sobre a necessidade de adaptar as opções e mecanismos de conservação a contextos específicos. À escala do país poderia consistir na definição de "planos zonais", cuja definição poderia beneficiar dum conhecimento mais aprofundado das preferências sociais relativamente ao uso do espaço.

NOTAS

- (1) «Relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço rural». *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas, 30 de Junho de 1992.
- (2) O Douro Superior é uma zona com características mediterrânicas, onde o amendoal e o olival são as culturas dominantes na paisagem agrária. Esta zona abrange a maior parte dos concelhos de Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, estendendo-se ainda para os concelhos de Alfândega da Fé, Carrizada de Ansiães e Vila Flor.
- (3) O termo *zona desfavorecida* será usado neste texto, para designar as zonas com desvantagens naturais para a produção agrícola e caracterizadas por uma marcada desvitalização socio-demográfica. Toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é incluível nesta categoria.
- (4) Designadamente do tordo, importante espécie cinegética. Note-se que algumas Reservas Turísticas de Caça têm vindo a aproveitar e/ou a plantar olival para esse fim.
- (5) Definidos aqui como produtos obtidos por métodos "ecológicos". Embora, não possam em muitos casos ser classificados como "biológicos" em resultado da utilização de adubos minerais.
- (6) Alguns autores distinguem o valor de uso presente da expectativa de uso futuro (C. Cicchetti e L. Wilde, 1992).
- (7) Que podemos definir aqui na acepção de Meeus *et al.*, como a terra utilizada para o desenvolvimento de actividades agrícolas e gerida por forma a assegurar uma capacidade de produção adequada e durável (Meeus *et al.*, 1990, cit. por T. Correia; 1993: 97).
- (8) Note-se que a floração é variável de ano para ano em função das condições climáticas, no entanto, os visitantes repartem-se pelo período referido, que é definido pelas entidades regionais e assinalado por diversas actividades festivas e culturais.
- (9) Este número refere-se apenas aos inquéritos considerados válidos.
- (10) Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.
- (11) Os visitantes que utilizaram o comboio, dado o seu reduzido número e o facto de apresentarem características socio-demográficas próximas dos "cidadinos" foram incluídos no grupo II.
- (12) Para a melhor compreensão utilizaremos as iniciais da expressão inglesa da "disponibilidade para pagar", *willingness to pay*.
- (13) O que foi também registado por P. Riera (1994).
- (14) As despesas com a visita foi um item inquirido, cujos resultados não foram, no entanto, tratados a tempo de serem incluídos nesta comunicação.
- (15) Pelas razões evocadas na nota anterior, não foi ainda estimada a função procura da paisagem da ZAF.
- (16) Uma vez que não há garantias quanto à representatividade da amostra inquirida. Os dados recolhidos este ano (1996) revelam um maior peso dos turistas que se deslocam em viatura própria o que não acontecia em 1995. As chuvas intensas que se registaram este ano no mês de Janeiro explicam a diminuição do número de "excursionistas", cuja viagem é previamente organizada. As entidades responsáveis pelo turismo da zona confirmam o maior peso dos "excursionistas" relativamente aos "cidadinos" em anos anteriores.
- (17) Pois se os europeus acham, por um lado, que os agricultores, pela sua própria actividade, contribuem para a preservação do ambiente, por outro, acham que o agricultor é também um agente económico que deve, enquanto tal, adaptar-se à evolução do mercado agrícola. O que não deixa de ser uma visão de certa forma surpreendente, e que apesar de eventualmente reflectir respostas opostas dos inquiridos, vai, de certa forma, de encontro à ideia de multifuncionalidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALIER, Joan Martínez (1993): *La valoración económica y la valoración socio-ecológica de la biodiversidad agrícola y silvestre*. Conferência Internacional sobre Biodiversidad en Iberoamérica. CIELAT, Univ. de los Andes, Venezuela.
- AVILLEZ, Francisco (1993): *A nova PAC e a transformação da agricultura portuguesa*. I Congresso de Economistas Agrícolas. Associação Portuguesa de Economia Agrária, Lisboa.

- BATEMAN, Ian (1976): "Research methods for valuing environmental benefits". in A. Dubgaard, *et al.* (ed.), *Economic valuation of benefits from countryside stewardship*. Proceedings of a workshop, Bruxelas, 7-8 junho de 1993. Wissenschaftsverlag Vauk Kiel KG, Kiel, pp. 47-82.
- BEAUFOY, Guy (1993): "Impact of the CAP reform on land use and rural amenities". in A. Dubgaard, *et al.* (ed.), *Economic valuation of benefits from countryside stewardship*. Proceedings of a workshop, Bruxelas, 7-8 junho de 1993. Wissenschaftsverlag Vauk Kiel KG, Kiel, pp. 27-44.
- BERLAN-DARQUÉ, Martin; KALAORA, Bernard (1992): "The ecologization of french agriculture". *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXIII, Nº 1, pp. 104-114.
- BOUILLON, Didier (1991): "Le paysage: un patrimoine à gérer". *Estudes Rurales - De l'agricole au paysage*, nº 121-124, Jan/Dez, pp. 197-205.
- BULLER, Henri (1992): "Agriculture change and the environment in Western Europe". in Keith Hoggart (ed.), *Agriculture Change, Environment and Economy*. Mansell, London.
- CCE (1986): *Os Europeus e o seu ambiente*. Relatório de 1986. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1988): "A opinião pública na Comunidade Europeia". *Euro-Barómetro*, Edição Especial. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1988): *O futuro da agricultura comunitária*. COM (85) 750 final. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1988): *O futuro do mundo rural*. COM (88) 501 final. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1988): *Os Europeus e o seu ambiente*. Relatório de 1988. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1988): "Os europeus e a sua agricultura". *Euro-Barómetro*. Edição Especial, Direção-Geral Informação. Comunicação, Cultura, Bruxelas.
- CCE (1991): *Evolução e futuro da PAC*. Documento de reflexão da Comissão. Comunicação da Comissão ao Conselho. COM (91) 100 final. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1992): "La réforme de la politique agricole commune". *Cahiers de la PAC*. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE (1992): "Les européens et l'environnement en 1992". *Eurobaromètre*, nº37. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CICCHETTI, C. J.; WILDE, L. (1992): "Uniqueness, irreversibility, and the theory of nonuse values". *American Journal of Agricultural Economics*. Vol. 74, nº 5, pp. 1121-1125.
- CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1992): "Reg. (CEE) Nº 2078/92 do Conselho". *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, nº L215, de 30.7.92, pp. 85-90.
- CONWAY, Andy (1991): "A role for economic instruments in reconciling agriculture and environmental policy in accordance with the Polluter Pays Principle". *European Review of Agricultural Economics*, Vol. 18, nº 3/4, pp. 467-484.
- CORREIA, Teresa (1993): Land abandonment: "Changes in the land use patterns around the Mediterranean basin". *Cahiers Options méditerranéennes*. The situation of agriculture in Mediterranean Countries. Vol.1, CIIHEAM.
- COULOMB, Pierre (1993): "As associações florestais e a reforma da PAC: Condições de elaboração de uma política florestal". *Sociedade e território*, nº 19, pp. 40-44.
- DUBGAARD, Alex (1994): "Valuing recreation benefits from the Mols Bjerge Area, Denmark". in A. Dubgaard, *et al.* (ed.), *Economic valuation of benefits from countryside stewardship*. Proceedings of a workshop, Bruxelas, 7-8 junho de 1993. Wissenschaftsverlag Vauk Kiel KG, Kiel, pp. 145-163.
- GOERGEN, P. (1991): "De l'agriculture à l'environnement". *Etudes Rurales - De l'agricole au paysage*, nº 121-124, pp. 235-241.
- GOODMAN, David; REDCLIFF, Michael (1989): *The International farm crisis*. The Macmillan Press LTD, London.
- INERNEY, John Mc (1993): "The simple analytics of natural resource economics". *Journal of Agricultural Economics*, Jan. 1976, pp. 31-52.

INSTITUTO DAS ESTRUTURAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL (1993): *Medidas agro-ambientais: Proposta de aplicação a Portugal para o período 1994-98*. Ministério da Agricultura, Lisboa.

LOWE, Philip, *et al.* (1990): "Technological change, farm management and pollution regulation: The example of Britain". in Philip Lowe, Terry Marsden e Sara Whatmore (ed.), *Technological change and the rural environment*. David Fulton Publishers, London, pp. 53-80.

LOWE, Philip (1992): "Industrial agriculture and environment regulation: A new agenda for rural sociology". *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXIII, n° 1, pp. 4-11.

MADUREIRA, Lúvia (1994): *A olivicultura nos sistemas de produção de Trás-os-Montes e Alto Douro: um contributo para o estudo das relações entre a agricultura e o ambiente*. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

MANSINHO, M.I; e SCHMIDT, L. (1994): "A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico". *Análise Social*, Vol. XXIX (125/126), pp. 441-481.

MARSDEN, Terry *et al.* (1990): "Introduction: Questions of rurality". in Philip Lowe, Terry Marsden e Sara Whatmore (ed.), *Rural Restructuring - global processes and their responses*. David Fulton Publishers, London, pp. 1-20.

PINTO, A. Sevinate, (1993): *A agricultura portuguesa nas relações com o ambiente*. I Congresso de Economistas Agrícolas. Associação Portuguesa de Economia Agrária, Lisboa.

REDE (1992): "É preciso o homem para que a árvore tenha viabilidade". *A REDE para o desenvolvimento local*. Dez., n° 7, pp. 3-8.

RIERA, Pere (1994): *The social value of areas of special environmental interest in Mediterranean countries*. Environmental and land uses issues in the Mediterranean basin: An economic perspective, 34th EAAE, Seminar, CIHEAM, Mediterranean Agronomic Institute, Zaragoza.

SYMES, David (1992): "Agriculture, the state and rural society in Europe: Trends and issues". *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXII, n° 2, pp. 193-208.

TARRANT, J; COBB, R. (1992): "The convergence of agriculture and environment policies: The case of extensification in Eastern England". in I.R. Bowler *et al.* (ed.), *Contemporary Rural Systems in Transition*, Vol. 1, C.A.B. International, London, pp. 153-165.

VOLKER, Kees (1992): "Adapted farming systems for a rural landscape: A social typology of Dutch farmers". *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXII, n° 2, pp. 146-162.

WARD, N.; MUNTON, R. (1992): "Conceptualising agriculture - Environment relations: Combining political economy and socio-cultural approaches to pesticide pollution". *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXII, n° 1, pp. 127-145.

ZAMORA, C. Muñoz; ESTRUCH, V. (1993): "La agricultura de montaña y los nuevos enfoques de política agraria rural. El caso valenciano". *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n° 163, pp. 27-50.